



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina  
Campus Florianópolis-Continente  
Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia



## AS BASES DO “UISQUE CAIÇARA”: A EXTRAÇÃO DA CATAIA COMO PRESERVAÇÃO CULTURAL DAS MULHERES NA COMUNIDADE DA BARRA DO ARARAPIRA (GUARAQUEÇABA/PR)<sup>1</sup>

Carina Mildemberger Casanova  
Orientadora: Flavia Baratieri Losso

### RESUMO

Este estudo investiga a relação entre a biodiversidade da Mata Atlântica e o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais, analisa a extração das folhas de cataia, nativa desse bioma, como preservação cultural e fonte de renda para as mulheres da comunidade caiçara da Barra do Ararapira (Guaraqueçaba/PR), o objeto da pesquisa é entender qual a importância dessa atividade, e se a extração e comercialização das folhas da cataia e a produção da bebida conhecida como “uíque caiçara” (feita a partir da infusão das folhas na cachaça), gera uma renda significativa para essas mulheres. A pesquisa utiliza um estudo de caso da Associação das Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC), empregando métodos qualitativos que incluem entrevistas e análise documental para compreender as práticas tradicionais e seus impactos. Com a pesquisa observou-se as dificuldades ambientais, logísticas e de comercialização, além da necessidade de apoio institucional e ações para garantir a sustentabilidade da cataia e a valorização do produto regional, o “uíque caiçara”. Destaca-se a partir disso que apesar de existir um potencial gastronômico dessa espécie nativa da Mata Atlântica, as dificuldades burocráticas enfrentadas pela comunidade, impediram a continuação do associativismo.

**Palavras chave:** Associativismo; Biodiversidade; Cataia; Extrativismo; Mata Atlântica.

### ABSTRACT

*This study investigates the relationship between the biodiversity of the Atlantic Forest and the socioeconomic development of traditional communities. It analyzes the harvesting of cataia leaves, a native species of this biome, as a form of cultural preservation and source of income for the women of the caiçara community of Barra do Ararapira (Guaraqueçaba/PR). The research aims to understand the importance of this activity and whether the extraction and commercialization of cataia leaves, as well as the production of the beverage known as "caçara*

<sup>1</sup> Revista científica com potencial para publicação: Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade  
<https://periodicoelectronico.ufma.br/>

*whiskey" (made by infusing the leaves in cachaça), generate significant income for these women. The study uses a case study of the Association of Women Cataia Producers (AMPC), employing qualitative methods including interviews and document analysis to understand traditional practices and their impacts. The research observed environmental, logistical, and marketing difficulties, as well as the need for institutional support and actions to ensure the sustainability of cataia and the valorization of the regional product, "caiçara whiskey." It is highlighted that despite the gastronomic potential of this native Atlantic Forest species, bureaucratic challenges faced by the community prevented the continuation of the association.*

**Key-words:** Associativism; Biodiversity; Cataia; Extractivism; Atlantic Forest.

## 1 INTRODUÇÃO

A coquetelaria é parte da gastronomia, a criação de bebidas e coquetéis seguem tendências do mercado, adquirindo estilos autorais. Existe para esse setor uma predisposição para a valorização cultural, refletindo a riqueza da biodiversidade, das tradições e da criatividade, as tendências apontam para o uso crescente de bebidas botânicas e vegetativas, que incorporam plantas e ervas medicinais típicas do Brasil. Essa valorização dos ingredientes naturais dialoga diretamente com a herança indígena e das comunidades tradicionais brasileiras, que há séculos utilizam plantas nativas não só na alimentação, mas também em remédios caseiros e rituais de cura (PEREIRA, 2022).

No Brasil, a relação cultural e espiritual com as plantas parte dos povos originários, que muito antes da colonização já sabiam disso, e essa relação segue com o conhecimento de outros povos que aqui absorveram esse costume. Como afirma Pereira (2022, p.101)

Diferentemente da história do contato com as plantas em diversos países – e de sua mistura com álcool –, aqui no Brasil há ritualísticas e encantarias da sabedoria popular que estão diretamente ligadas a elas. Assim como não é possível falar de medicina popular no nosso país sem falar das plantas, não dá para falar de plantas sem falar do sagrado aqui no Brasil.

A cachaça, símbolo nacional, é um elemento central nessa narrativa, não apenas como base para drinques icônicos como a caipirinha, mas também como parte de rituais e crenças populares que conectam a bebida à espiritualidade e à identidade do nosso país. Nesse contexto de ervas, remédios e cachaça,

encontramos na cultura brasileira o método de infusão no álcool, que aproveita os princípios ativos das plantas para potencializar efeitos e sensações nas bebidas, e que se aplica em várias regiões do país, com plantas e vegetais nos seus distintos biomas, como a Mata Atlântica e sua diversidade de frutas, cascas e ervas. É nesse contexto que se encontra a cataia, uma planta endêmica do bioma citado e inserida na cultura caiçara presente na região litorânea dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, atualmente, mesmo com a maior parte da faixa litorânea utilizada para o turismo e outras atividades econômicas, principalmente a portuária e a pesqueira, o Brasil ainda abriga resquícios de comunidade tradicional no litoral. “Os caiçaras são uma mistura de povos indígenas já extintos, europeus de diversos países e negros, principalmente quilombolas que após processos de ocupação do interior devido aos diversos ciclos econômicos do Brasil colonial, ficaram relativamente isolados nessa estreita faixa de terra entre o mar e a serra, que se estende do sul do Paraná até o centro do Rio de Janeiro ( DIEGUES, 1994). Assim, o conhecimento ancestral influencia os ingredientes dos coquetéis atuais ao transformar plantas medicinais e frutos nativos em elementos centrais da mixologia<sup>2</sup> brasileira, unindo sabor, funcionalidade e identidade cultural numa proposta inovadora e consciente ( PEREIRA, 2022).

A interseção entre a riqueza da biodiversidade brasileira e a valorização cultural das plantas medicinais na coquetelaria contemporânea revela um diálogo profundo entre tradição, sustentabilidade e inovação. No caso da comunidade caiçara da Barra do Ararapira, a extração e o uso da cataia ilustram perfeitamente essa conexão, onde o conhecimento ancestral sobre a flora da Mata Atlântica se alia à prática cultural local, especialmente envolvendo as mulheres da região. Assim, a produção da cataia não só reforça a identidade cultural como respeita o equilíbrio ambiental, tentando integrar a biodiversidade do bioma à criatividade e às tendências atuais da mixologia brasileira.

O Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é a nação com a maior biodiversidade do mundo como país megadiverso, possui uma riqueza natural imensa, porém subutilizada (MITTERMEIER; GIL; MITTERMEIER, 1997; ONU, 2019; CORADIN et al., 2011). A Mata Atlântica, bioma de grande importância

---

<sup>2</sup> MIXOLOGIA é a ciência e a arte de criar cocktails, que envolve o estudo dos sabores, técnicas de preparo e a combinação criativa de ingredientes para alcançar o equilíbrio perfeito entre os elementos sensoriais( Dilas Drinks, 2024).

ecológica e cultural, abriga comunidades tradicionais que utilizam seus recursos de forma singular (RBMA, 2024). Este estudo se concentra na comunidade caiçara da Barra do Ararapira, em Guaraqueçaba (PR), e na extração da cataia *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum, como preservação cultural e fonte de renda, especialmente para as mulheres da região. A sustentabilidade, conceito que engloba os pilares social, ambiental e econômico, é essencial para garantir a harmonia entre as atividades humanas e a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2017). No contexto da Mata Atlântica, a utilização de seus recursos pelas comunidades tradicionais, como a caiçara, deve ser analisada sob a ótica da sustentabilidade, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental.

Diante da riqueza natural e cultural da Mata Atlântica, é fundamental compreender como as práticas tradicionais das comunidades locais, como a extração da cataia pela população caiçara, se inserem no cenário da sustentabilidade. A valorização dessa planta nativa não apenas reforça a identidade cultural dessas comunidades, mas também pode representar uma oportunidade de geração de renda, especialmente para as mulheres da Barra do Ararapira. Assim, o estudo da cataia transcende seu uso econômico, evidenciando a importância de práticas que conciliam o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade que norteiam a gestão dos recursos naturais na região.

A cataia *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum é uma planta nativa das regiões sul e sudeste do Brasil, com importância cultural, ecológica e econômica para as comunidades locais (RADOMSKI, 2013; CNCFlora, 2024). Suas folhas são utilizadas na preparação de uma bebida alcoólica tradicional, conhecida como “Uísque Caiçara”, além de possuir propriedades medicinais (RADOMSKI, 2013; CARVALHO, 2003; ABREU, 2005). A extração e comercialização da cataia representam uma importante fonte de renda para as mulheres da comunidade da Barra do Ararapira, contribuindo para o desenvolvimento local (PODESTÁ, 2010; FACEBOOK. ARARAPIRA, Cataia, 2022).

A comunidade caiçara da Barra do Ararapira possui uma identidade cultural única, moldada pela relação com o ambiente costeiro e pela tradição de uso dos recursos naturais (ADAMS, 2000; RIBEIRO, 1987; SAMPAIO, 1987; Diegues et al, 1994; MARCÍLIO, 1986). A atividade de extração da cataia, exercida

principalmente pelas mulheres, desempenha um papel fundamental na economia da comunidade, promovendo a autonomia feminina e a valorização do conhecimento tradicional (ADAMS, 2000; PODESTÁ, 2010). Assim, o objetivo dessa pesquisa é compreender o papel da cataia na vida dessas mulheres caiçaras, avaliar se essa extração é fundamental para a geração de renda da comunidade e se suas práticas tradicionais se mantêm preservadas assim como a biodiversidade, e também refletir a relação equilibrada que essas populações possuem com o meio ambiente, promovendo a conservação dos recursos naturais e o fortalecimento cultural dentro do bioma da Mata Atlântica.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DA BARRA DO ARARAPIRA (GUARAQUEÇABA - PR)**

Sabemos, que a colonização do Brasil ocorreu nas regiões costeiras, sendo assim, o Paraná também começou a ser ocupado a partir do litoral paranaense, na região de Guaraqueçaba, que era ocupada pelos Tupiniquins, e mais ao sul, dominando a baía de Paranaguá e o restante do litoral paranaense e catarinense, os Karijó, considerados numerosos e hostis (ADAMS, 2000). Portanto com a chegada do europeu, os primeiros brasileiros surgiram da miscigenação genética e cultural do colonizador português com o indígena do litoral, ocorrida nas quatro primeiras décadas, que formou uma população de mamelucos que rapidamente se multiplicou. Esta população mestiça foi aos poucos se espalhando pelo território, estabelecendo variantes culturais (RIBEIRO, 1987). De acordo com o tipo de exploração econômica e as peculiaridades ecológico-regionais, conformando, no Brasil rural, um conjunto de subculturas a que se costuma denominar de cultura rústica brasileira (RIBEIRO, 1974 apud ADAMS, 2000).

Neste contexto, a cultura caipira formou-se pelo cruzamento do português com o indígena, na qual o caiçara está inserido (ADAMS, 2000). Todos esses fatos históricos foram importantes para o surgimento do grupo cultural “caiçara”. O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara (SAMPAIO, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe (ADAMS, 2000). Os aglomerados caiçaras começaram a ganhar forma durante o

período colonial brasileiro. Segundo Diegues e Nogara (1994), as comunidades se instalavam próximo à orla marítima, favorecendo a pesca, a obtenção de mercadorias que chegavam por meio de embarcações e o escoamento da produção local de alimentos, como café e farinha de mandioca.

Com relação à organização social, o grupo doméstico era a unidade básica e vital da existência do caiçara: grupo de reprodução, de trabalho, de produção e de consumo ao mesmo tempo. O isolamento que muitas vezes caracteriza as comunidades caiçaras acabou por torná-lo quase uma autarquia, autossuficiente e independente (MARCÍLIO, 1986). A função da mulher na sociedade caiçara era a de mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça. Seu papel era muito importante e essencial para a manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e sobrevivência. Desde pequena a menina era educada para suas funções e induzida à vida conjugal. Uma vez casada, suas tarefas eram bem definidas: preparo dos alimentos, provimento de água, de lenha, cuidados com os pequenos animais de criação, e criação dos filhos (ADAMS, 2000).

Com o passar dos anos e os processos de mudanças das sociedades, a construção de rodovias implicou num acelerado processo de urbanização e intensificação do turismo. Os caiçaras passaram a vender suas terras, a se inserir em atividades turísticas e empregos assalariados e, até mesmo, migrar para as cidades (Adams, 2000; Diegues e Nogara, 1994). Os adensamentos caiçaras que continuaram desenvolvendo atividades de agricultura e pesca em pequena escala foram aqueles localizados em ilhas e áreas continentais de difícil acesso, geralmente inseridos em Unidades de Conservação da Natureza (UC's) onde, paradoxalmente, atividades tradicionais têm sido fiscalizadas (ADAMS, 2000). Essas Unidades de Conservação ocupadas pela comunidade caiçara estão localizadas no Bioma Mata Atlântica.

Esse processo de transformação socioeconômica e territorial não apenas alterou a dinâmica das comunidades caiçaras, mas também reforçou a importância do reconhecimento dessas populações como grupos tradicionais. Esse reconhecimento é fundamental para garantir a preservação de suas práticas culturais, modos de vida e o uso sustentável dos territórios que ocupam, especialmente em áreas protegidas como as Unidades de Conservação da Natureza, onde suas atividades tradicionais coexistem com políticas ambientais específicas.

A comunidade caiçara é reconhecida como tradicional, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040 / 2007).

Dessa forma, reconhecer e valorizar a comunidade caiçara como um grupo tradicional é essencial não apenas para a proteção de sua identidade cultural e modos de vida, mas também para a promoção de um desenvolvimento territorial que respeite a sustentabilidade ambiental e social. A integração entre as práticas tradicionais e as políticas de conservação fortalece a resiliência dessas comunidades, garantindo que seus saberes ancestrais continuem a contribuir para a preservação dos ecossistemas e para a diversidade cultural do país. Assim, o reconhecimento legal e social das populações caiçaras representa um passo fundamental para a construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

## 2.2 BIODIVERSIDADE

A biodiversidade em sua totalidade é um conceito abrangente que inclui a variedade de formas de vida na terra, como plantas, animais e microrganismos, além dos complexos ecossistemas que esses seres formam. Esse termo engloba não apenas a diversidade de espécies, mas também a variabilidade genética dentro delas e a variedade de ecossistemas em que elas existem, de seres vivos que se relacionam e interagem em toda forma de vida terrestre. Dessa forma, a biodiversidade estabelece as bases fundamentais para a vida no planeta, fornecendo recursos essenciais como alimentos, água e oxigênio, além de medicamentos e combustíveis. Ela também contribui para a estabilidade climática e oferece uma série de outros benefícios, serviços e ecossistemas vitais para a sobrevivência e o bem-estar humano (MMA, 2019).

Para entender plenamente o conceito e a pluralidade da biodiversidade, é essencial considerar a amplitude do tema e reconhecer sua relevância contemporânea. A percepção da variedade de formas de vida remonta aos primórdios da autoconsciência humana e sua formalização enquanto conceito de biodiversidade é uma inovação relativamente recente (MAYR, 1998) . Walter G.

Rosen, associado ao National Research Council / National Academy of Sciences (NRC/NAS), cunhou o termo em 1985, durante os preparativos para um fórum sobre diversidade biológica (WILSON, 1997). Desde então, a biodiversidade tornou-se um dos pilares fundamentais na discussão sobre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, destacando a importância de proteger a vasta gama de seres vivos que compõem os ecossistemas do nosso planeta.

Apesar da importância reconhecida da biodiversidade, seu uso e valorização continuam sendo amplamente negligenciados em escala global. Wilson (1997, p. 19) enfatiza essa contradição ao afirmar que:

As espécies selvagens são na verdade tanto um dos mais importantes recursos da Terra como o menos utilizado. Não dependemos completamente nem mesmo de 1% das espécies vivas para nossa existência, e o restante permanece sem ser testado, esquecido.

Essa subutilização é ainda mais evidente quando se analisa a biodiversidade alimentar, que sofreu uma significativa redução nas últimas décadas. A padronização agrícola e os processos de industrialização de alimentos contribuíram para a diminuição da diversidade de cultivares e espécies alimentares, resultando em uma perda não apenas de variação genética, mas também de resiliência e segurança alimentar (FAO, 2019).

Diante desse cenário de perda significativa da biodiversidade alimentar, torna-se ainda mais urgente reconhecer e valorizar a vasta diversidade biológica presente no Brasil, que se destaca mundialmente por sua riqueza natural incomparável. A multiplicidade de biomas brasileiros, cada um com suas características ecológicas únicas, oferece um potencial enorme para a recuperação e preservação da diversidade genética e alimentar. Compreender essa diversidade é essencial para enfrentar os desafios impostos pela padronização agrícola e pela industrialização dos alimentos, buscando caminhos que promovam a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental no país.

Reconhecendo o Brasil como um país megadiverso, abrigando entre 15% e 20% das espécies mundiais (CORADIN et al., 2011), no entanto, essa imensa riqueza natural ainda é subutilizada e negligenciada pela maior parte da população. Cerca de 90% das espécies disponíveis no país não são utilizadas na alimentação

humana (Kinupp; Lorenzi, 2014). Apesar desse vasto potencial ainda pouco explorado na alimentação, o cultivo de plantas nativas surge como uma alternativa promissora, aproveitando as características adaptativas dessas espécies ao ambiente brasileiro.

Segundo a Universidade Federal de Minas Gerais (Laboratório de Biologia Evolutiva de Micro-organismos, 2003) a vasta biodiversidade brasileira pode ser melhor aproveitada para beneficiar a população por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que possibilitem a criação de novos produtos e tecnologias sustentáveis baseados na diversidade biológica do país. Isso inclui o fortalecimento da bioeconomia, especialmente por meio de startups que explorem o potencial alimentar, medicinal e industrial das espécies nativas, gerando renda e qualidade de vida sem comprometer a conservação ambiental. Além disso, a adoção de práticas como a agricultura regenerativa e o incentivo à inovação aberta podem aumentar a produtividade e a sustentabilidade dos recursos naturais. É fundamental também promover políticas públicas que integrem conservação, desenvolvimento social e econômico, garantindo o uso sustentável da biodiversidade para as gerações futuras.

O cultivo de plantas nativas apresenta vantagens adicionais, pois estas espécies, adaptadas ao clima local, possuem maior resistência e vigor, resultantes de processos de seleção genética ao longo de gerações passadas (CORADIN, 2011).

Considerando a importância das espécies nativas adaptadas ao ambiente local, é fundamental destacar um dos biomas mais ricos e diversificados do Brasil, a Mata Atlântica, que abriga uma grande variedade dessas plantas.

### 2.3 MATA ATLÂNTICA

De acordo com o SNIF (Sistema Nacional de Informações Florestais) a Mata Atlântica é constituída principalmente por mata ao longo da costa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Ainda segundo o SNIF o bioma Mata Atlântica é formado por um conjunto de formações florestais, como floresta ombrófila (densa, mista e aberta), floresta estacional semidecidual e estacional decidual, manguezais, restingas e campos de altitude associados, brejos

interioranos no Nordeste, além das conhecidas florestas com *Araucaria angustifolia* (ombrófila mista) que ocorrem nos planaltos da região Sul situados a oeste da Serra do Mar.

Como sabemos a colonização do Brasil ocorreu primeiramente nesse território onde a predominância é do bioma Mata Atlântica, portanto entende-se que a ocupação e expansão urbana devastou o ecossistema, gerando grande impacto e transformações durante as décadas passadas até os dias de hoje. Como descreve Mazzurana (2016, p.02):

É no território da Mata Atlântica que vive a maior parte da população brasileira, utilizando desse espaço para atividades de subsistência, como agricultura, agropecuária, extrativismo, industrialização, ocupação e expansão urbana desordenada, gerando grande impacto aos ecossistemas, o que resultou em perda da biodiversidade, além da degradação e poluição dos recursos naturais oferecidos pela floresta.

A Mata Atlântica, além de ser uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta, historicamente forneceu uma grande variedade de recursos naturais essenciais para a subsistência das populações humanas, como alimentos, plantas medicinais, madeira e fibras. Mesmo reduzida a uma pequena fração de sua extensão original, o bioma ainda desempenha papel fundamental na geração de empregos, renda e até mesmo divisas para o país, sendo imprescindível que o uso desses recursos seja realizado de forma sustentável para garantir sua disponibilidade às futuras gerações (RBMA, 2003).

Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e o INPE (2019), a Mata Atlântica sofreu uma drástica redução em sua área original devido ao desmatamento histórico, o que compromete tanto a biodiversidade local quanto as comunidades que dependem desse ecossistema. Atualmente, esforços de conservação são fundamentais para proteger e recuperar os remanescentes dessa floresta. Como segue afirmando a Fundação SOS Mata Atlântica (2019), desde os povos indígenas que habitavam a região antes da colonização europeia até as comunidades tradicionais e agricultores que se estabeleceram posteriormente, a Mata Atlântica sempre desempenhou um papel crucial. Ela ofereceu frutas, raízes, caças e pesqueiros, além de ter um impacto cultural e espiritual significativo para muitas

dessas populações. Infelizmente, a exploração extensiva e o desmatamento ao longo dos séculos resultaram em uma drástica redução da área original da Mata Atlântica, colocando em risco tanto a biodiversidade local quanto a subsistência das comunidades que dependem dela. Atualmente, esforços de conservação e recuperação ambiental são essenciais para proteger o que resta desse ecossistema vital e para garantir que as populações locais possam continuar a se beneficiar dos seus recursos de maneira sustentável (INPE, 2019).

### **2.3.1 A Importância do Bioma Mata Atlântica como fonte de recursos alimentares**

Na área da Mata Atlântica concentram-se mais de 120 milhões de habitantes, e atividades econômicas que respondem por cerca de 70% do PIB brasileiro. Abriga também um grande patrimônio arqueológico, histórico e cultural, além de centenas de comunidades tradicionais (RBMA, 2024). É nesse contexto que está inserida a comunidade caiçara, reconhecida como tradicional, que tem suas atividades socioeconômicas relacionadas com o bioma em questão, mais especificamente no Litoral norte do estado do Paraná, e no Litoral sul do estado de São Paulo, onde existe a ocorrência da planta é origem o objeto da pesquisa.

Segundo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica, esse bioma é um dos principais hotspots<sup>3</sup> da biodiversidade do planeta e fornece serviços ecossistêmicos fundamentais (como abastecimento de água e manutenção da qualidade do ar), para 70% da população brasileira e grande parte das principais metrópoles e áreas urbanas do país. Considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal, está protegida pela Lei da Mata Atlântica, publicada em 2006. É o bioma mais devastado do Brasil, com remanescentes distribuídos de maneira desigual. Desde o início da colonização portuguesa, em 1500, o sistema agroalimentar brasileiro dependeu basicamente da Mata Atlântica durante a maior parte da história, mas o seu potencial atual para contribuir, de forma sustentável, com a segurança alimentar da população brasileira ainda é pouco conhecido e explorado (RBMA, 2024).

---

<sup>3</sup> HOTSPOTS são áreas com elevada biodiversidade e endemismo, que sofreram grande perda de vegetação original e necessitam de proteção prioritária (SEMIL - Portal de Educação Ambiental, 2024).

Diante desse cenário pouco explorado, destaca-se a cataia, uma espécie nativa da Mata Atlântica com potencial gastronômico e turístico.

#### 2.4 CATAIA - *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum e *Drimys brasiliensis* Miers

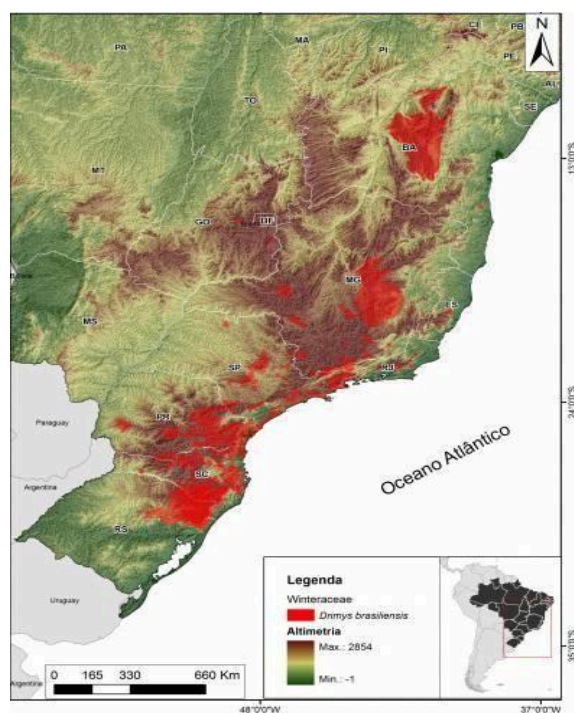
O nome científico da cataia pode se referir a duas espécies diferentes: *Drimys brasiliensis* Miers e *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum. Ambas são conhecidas popularmente como cataia e suas folhas são utilizadas para aromatizar cachaça e em outras aplicações medicinais, o nome cataia tem origem tupi, significa “folha que queima, árvore para velhos” (PODESTÁ, 2010).

Parte dos registros da cataia, são provenientes de áreas sob proteção integral, é o caso do Parque Nacional do Superagui, no Litoral do Paraná. A *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum, cataia como é conhecida popularmente, é uma planta nativa da Mata Atlântica, que ocorre sobretudo nas regiões montanhosas e costeiras do Vale do Ribeira (nordeste do estado do Paraná e sudeste de São Paulo) (PODESTÁ, 2010). A espécie é descrita como uma árvore que pode atingir até 10 metros de altura. Ocorre associada às fitofisionomias de Campo de Altitude, Campo Rupestre, Cerrado (lato sensu), Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila (Floresta Pluvial), Floresta Ombrófila Mista e Restinga, na Mata Atlântica e no Cerrado do Brasil (CNCFlora, 2024). Pertence à família *Myrtaceae* (como as goiabas e pitangas). Sobre seu uso, os botões florais e o óleo essencial da espécie são colhidos na natureza pelas comunidades, ao longo de sua distribuição para diversos fins medicinais. Os botões são tomados na forma de chá no tratamento de parasitas internos, dores do estômago, calafrios e impotência. Eles também podem ser mastigados para refrescar o hálito e aliviar dor de dente. O óleo essencial é aplicado externamente no tratamento de dor de dente, dor de cabeça, resfriado, artrite e reumatismo. Também é útil no tratamento de úlceras, hematomas, queimaduras, bronquite, asma, infecções leves e cólicas. Às vezes é usado para aliviar náuseas (CNCFlora, 2024).

Outra espécie, também conhecida popularmente como cataia, a *Drimys brasiliensis* Miers ocorre em diversas Unidades de Conservação ao longo da sua distribuição, a espécie é descrita como árvore ou arbusto com até 7 m de altura. Ocorre em diversas fitofisionomias na Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica do Brasil

(CNCFlora, 2021). O gênero *Drimys brasiliensis* Miers pertence à família *Winteraceae* e é composto por plantas lenhosas, de folhas inteiras, apresentando flores terminais com muitos óvulos. A madeira da cataia é a única dentre as angiospermas dicotiledôneas da flora brasileira, com ausência de elementos vasculares. Os vasos compõem-se inteiramente de traqueídeos longitudinais, parênquima axial, raios e grandes pontuações. (Marchiori, 1997, *apud* Abreu, 2005). Sobre seu uso, a árvore é ocasionalmente colhida na natureza para uso local como medicamento, sendo sua casca aromática utilizada no tratamento de cólicas intestinais, distúrbios digestivos, catarro crônico e como tônico para fortalecer indivíduos durante a convalescença após doenças, além de ocasionalmente ser fonte de madeira e paisagismo (CNCFlora, 2021).

**Figura 1:** Mapa de Ocorrência da cataia



Fonte: (CNCFlora, 2012) <https://cncflora.jbrj.gov.br/ficha/15325>

Portanto, ao se referir à cataia, é importante especificar a qual espécie se refere, pois ambas possuem características e usos parecidos, e popularmente são usadas com o mesmo nome. No caso da infusão em álcool etílico potável, são utilizadas as duas espécies, o que confere características sensoriais distintas. No

caso, a extração da cataia na comunidade caiçara da Barra do Ararapira no Paraná, é da espécie *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum.

**Figura 2:** Folhas de cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum)



Fonte: <https://www.facebook.com/cataiacuritiba>

**Figura 3:** Folhas de cataia (*Drimys brasiliensis* Miers)



Fonte: <https://www.inaturalist.org/photos/462342643>

#### 2.4.1 Utilização da cataia no Litoral Norte paranaense

O uso popular desta árvore de porte médio e nativa do Brasil, tem importância florestal na fauna e flora, biológica, farmacológica e cosmética. Além disto, a cataia é reconhecida pelo uso medicinal e veterinário de suas cascas e folhas, e principalmente na culinária e gastronomia enquanto condimento e bebida regional (RADOMSKI, 2013). A cataia é um remédio usado pela medicina popular brasileira. Quente, amarga, estimulante, adstringente, digestiva, tônica, revigorante e analgésica, pode ser utilizada como chá ou bebida alcoólica através da infusão das folhas. A espécie também é muito conhecida pelo seu aroma característico devido à presença de óleos essenciais. Estudos científicos mostraram atividade antifúngica, antibacteriana, anti-inflamatória e antioxidante em extratos das folhas (Malheiros, 2005).

Na medicina popular são utilizadas a casca da árvore e as folhas. Infusão da casca são preparadas para tratar diversos males, como úlcera, câncer, dores em geral, enxaqueca, problemas respiratórios e malária e como estimulante físico e mental. As folhas são recomendadas como febrífugas, vermífugo, para tratar afecções das vias urinárias e do trato digestivo, vermes, inapetência e febre (Limberger, 2007).

Apesar de muito utilizada na medicina tradicional e popular, a planta é mais conhecida devido a uma bebida homônima preparada pelas comunidades caiçaras a partir da infusão das folhas na cachaça. As folhas doam ao líquido uma cor amarelada, que recebe o apelido de “uísque caiçara” ou “uísque da praia”; para tudo, melambo, uísque e/ou cachaça Caiçara, casca d’anta entre outros. A função principal da folha de cataia dentro da cachaça é diminuir a sua acidez, característica principal de sua utilização como planta medicinal (CARVALHO,2003). Segundo reportagem da Gazeta do Povo (2020) as histórias locais contam que a bebida originou-se na comunidade de Barra do Ararapira, litoral norte paranaense, em 1985, quando o senhor Rubens Muniz resolveu misturar as folhas de cataia, originalmente utilizadas na comunidade como chá ou erva anestésica, com cachaça. A partir daí a fama da bebida se espalhou pelas redondezas.

### **2.4.1 Associativismo na comunidade caiçara**

Diante dos costumes da comunidade tradicional caiçara e seus enfrentamentos enquanto moradores de uma Unidade de Conservação, é que surge a idealização de se formalizar uma associação onde somente as mulheres participariam da extração da cataia, gerando assim um envolvimento social e econômico para a localidade. Foi com incentivo da EMATER, que essas mulheres se formalizaram por conta própria em prol de um objetivo.

O associativismo é característico do ser humano e surge da necessidade de os trabalhadores/as unirem forças para alcançar objetivos comuns. O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Um tipo de organização associativa é a associação propriamente dita, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. O associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida nas comunidades, todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros, logo, as associações não possuem fins lucrativos. Nas comunidades a participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e conquista social (PORTAL IDEA, 2019).

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 MÉTODO E MODALIDADE DE PESQUISA**

Essa pesquisa é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Segundo Ludke e André (2014), os métodos mais comuns na pesquisa qualitativa são a observação, a entrevista e a análise documental, que permitem captar as nuances das interações e experiências humanas. Segundo o mesmo autor a abordagem exploratória é caracterizada por metodologias flexíveis, que geralmente não utilizam questionários estruturados, privilegiando técnicas como levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tenham experiência prática no tema e

análise de exemplos que ajudem a compreender o objeto de estudo.

Ludke e André (2014) também destacam que a pesquisa exploratória pode assumir a forma de estudo de caso, permitindo um aprofundamento inicial que orienta pesquisas posteriores mais detalhadas.

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de uma população, fenômeno ou situação, buscando detalhar aspectos como frequência, natureza, causas e relações entre variáveis, sem interferir no objeto estudado. Segundo Silva e Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

### 3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Foi realizado um levantamento bibliográfico e análise documental através de artigos, sites, jornais e redes sociais, com a finalidade de entender o objetivo do estudo e avaliar sua relevância para a pesquisa, além de entrevistas, questionamentos e visitas ao local.

As entrevistas foram realizadas através de formulários via google forms enviados com questões direcionadas ao grupo de mulheres que praticam a atividade de extração da cataia na comunidade caiçara da Barra do Ararapira, em Guaraqueçaba, Litoral do PR. As questões tratavam-se do perfil das participantes, do histórico da associação, da extração da cataia, dos impactos socioeconômicos, da sustentabilidade e das expectativas para o futuro. Nesse momento já foi possível observar o enfraquecimento do grupo, e a extinção da entidade. Também observou-se que a atividade não exerce uma fonte de renda significativa para a comunidade. Com a baixa coleta de dados foi necessário estabelecer contato pessoal com a responsável pelo grupo, através de redes sociais, o que trouxe mais dificuldades de respostas por motivos de conexão remota. Foi efetuada uma entrevista particular com a responsável pelo grupo, onde se obteve a maior parte das informações sobre a criação e manutenção da associação. As entrevistas também incluíram os donos de pontos de venda do uísque caiçara, por meio de formulários via google forms, com questões relativas ao perfil do estabelecimento, à relação com as extrativistas, à comercialização do produto e a preservação da espécie. Foram obtidas poucas respostas com os formulários, o que novamente se

fez necessário o uso de redes sociais e conversas particulares com os comerciantes e donos de bares e restaurantes.

Com relação ao grupo de mulheres, foram 2 respostas através do formulário e 1 entrevista particular via Whatsapp com a responsável do grupo. Já com os comerciantes foram 3 respostas via formulário, 10 entrevistas via mensagem no Instagram e uma entrevista particular.

#### **4 RESULTADO E DISCUSSÕES**

Com base no levantamento bibliográfico e nas entrevistas, fez-se um levantamento histórico da associação, como surgiu a AMPC, como foi o engajamento das associadas, qual a importância desse movimento na vida da comunidade, e como elas se organizam e promovem suas ações para gerar fonte de renda com o produto da extração da biodiversidade local. A relação cultural da comunidade com a cataia, a relevância da atividade das mulheres do grupo no turismo local, se a atividade gera dignidade social e os benefícios da rentabilidade aliada com a sustentabilidade, e a motivação que levou essas mulheres a se formalizarem enquanto associação.

Observou-se, a partir das entrevistas, que a associação foi criada em 2012 a partir de um incentivo da EMATER (atual IAPAR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná). O objetivo era proporcionar renda complementar para as mulheres da comunidade que viviam da pesca juntamente com seus maridos. Na época, o técnico da EMATER somente fez a reunião e sugeriu a ideia, quem se mobilizou para formalizar a associação foram as próprias mulheres interessadas no projeto.

A associação foi formalizada e teve início com 22 mulheres associadas, porém sem gerar uma renda significativa a essas associadas, foi encerrada em 2016 conforme consta no Serasa (Serviços de Assessoria S.A). Elas apenas continuaram mantendo a atividade de maneira informal para continuarem reunidas em um processo prazeroso no âmbito social. Ao passar dos anos, a associação viu algumas mulheres se desligarem da entidade por falta de incentivo e isso foi enfraquecendo o coletivo.

Foi relatado durante a entrevista com a responsável atual, que já ocorreu a dissolução da associação, o registro em cartório, e o CNPJ já foram cancelados. A

causa principal da dissolução da associação foi que as mulheres que presidiam a entidade teriam que abrir mão do benefício do seguro desemprego na época do defeso da pesca. O seguro desemprego concedido através do Ministério do Trabalho e Emprego possui uma modalidade específica para pescadores artesanais. Na época do defeso de algumas espécies, os pescadores artesanais, que realizam a atividade individualmente ou em economia familiar, podem solicitar o seguro desemprego no valor de um salário mínimo ao mês.

Por esse motivo, segundo a responsável pelo grupo, houve uma grande desistência por parte de algumas associadas. Atualmente, elas mantêm a atividade de forma independente, participando apenas de um coletivo. A responsável também relatou que a continuidade da atividade se dá pelo prazer de estarem reunidas e pela preservação da cultura.

Hoje a extinta AMPC conta apenas com 3 mulheres, no início dessa pesquisa eram 4 mulheres, demonstrando o enfraquecimento constante que ocorre com o passar do tempo. Outros motivos como doenças, mudanças de endereço e idade avançada também afetaram algumas mulheres, levando ao desligamento do grupo.

Quando foi questionada sobre quanto tempo a comunidade faz uso da cataia, respondeu que conhece o costume do uso entre as gerações passadas, desde os avós e bisavós, então só sabe que foi passado o saber fazer pelas gerações, que antigamente a cataia era consumida como chá, e usada no consumo diário, substituindo o café, que na época era de difícil acesso. O uso da infusão na cachaça é uma prática relativamente recente, desenvolvida há cerca de 35 a 40 anos. Esse produto, denominado “uísque caiçara”, tornou-se um símbolo regional e cultural da região. A produção da bebida com folha de cataia – o “uísque caiçara” – foi citada como manifestação cultural da Barra do Ararapira pelo Plano de Manejo do ICMBio. O Plano de Manejo é um “documento técnico, mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação (UC), se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade” (Brasil, 2000).

Como a comunidade da Barra do Ararapira é constituída por cerca de 28 a 30 famílias, praticamente todas as mulheres da localidade já fizeram parte da associação. Sendo assim não existe a possibilidade de surgirem novas

interessadas na associação. Foi mencionado que existe o interesse das gerações futuras com relação a atividade do extrativismo, mas a manutenção da vida escolar é priorizada, já que o trabalho é oneroso, não é possível executá-lo enquanto estuda.

Sobre o manejo da planta, a entrevistada explicou que já tentaram produzir mudas, porém a cataia é uma planta que nasce em ambientes úmidos, como brejos e manguezais, e não se desenvolve em terra seca. Desde o início das atividades da associação, tentaram reproduzir as plantas, mas elas não cresceram o suficiente para permitir a extração. Por isso, continuam retirando as folhas de exemplares antigos que se encontram em meio à mata fechada; alguns são tão altos que as folhas não podem ser alcançadas, e são muito antigos, datando da época dos seus bisavós. A entrevistada também relatou que um dos fatores que dificultam a extração é a necessidade de caminhar por mais de dois quilômetros em terras alagadas para ter acesso às plantas. Para manter a atividade, precisarão da ajuda dos companheiros, pois atualmente o grupo é formado por apenas três mulheres, o que torna o trabalho mais difícil. Quanto ao manejo, após a colheita, as folhas são levadas para secagem ao sol, o que prejudica ainda mais a atividade, especialmente durante o inverno, quando a produção diminui. Outra dificuldade mencionada na entrevista é o transporte para a comercialização: dependem de barco para acessar outras regiões e, muitas vezes, precisam de carona para escoar a pequena produção, o que torna a venda complicada. Essa dificuldade também foi relatada por um dos compradores, que exaltou o quanto é difícil conseguir adquirir as folhas de cataia das mulheres da comunidade, "o produto sai da Barra do Ararapira de barco, chega em Guaraqueçaba e vai de carona até Paranaguá, onde eu vou de Curitiba buscar", fala pessoal de um comprador.

Observou-se que esta atividade de extração e comercialização da cataia não é feita somente pelo grupo de mulheres da comunidade, mas também por pessoas de fora da localidade, que vem para fazer o corte das árvores, o que afeta negativamente a renda gerada pela ocupação feminina. Segundo a representante do grupo, algumas ações de controle já foram solicitadas ao ICMBio, porém não obtiveram resposta, fazendo com que quase desistissem de continuar requisitando o controle, ao passo que, elas possuem autorização do IBAMA para a extração, enquanto outras pessoas fazem a extração clandestinamente.

As respostas do ICMBio são essenciais para a continuidade do grupo,

porque o instituto é o órgão federal responsável pela gestão, proteção e fiscalização das Unidades de Conservação (UCs), onde ocorre a extração da cataia. Sem o suporte do ICMBio, o grupo fica vulnerável à exploração externa descontrolada e perde o respaldo institucional necessário para garantir seus direitos sobre o uso sustentável da cataia, o que pode comprometer tanto a conservação da espécie quanto a geração de renda para as mulheres da comunidade.

A partir de um levantamento feito com referências bibliográficas, buscou-se uma explicação que justificasse o enfraquecimento de pequenas associações levando as mesmas ao seu término, mencionado por Kohler et al. (2011, p. 328), “Parece que todo mundo quer nos tornar capitalistas” (comunicação pessoal). Tal desabafo é um indicador de que muitos projetos de desenvolvimento, partem do pressuposto de que o aumento de renda é um fim em si, quando, para muitos comunitários, seria, na verdade, um simples meio para garantir uma existência digna ou “asseada”. Ainda segundo Kohler et al. (2011, p. 329), a visão do empreendedorismo expressa em muitos projetos, implica entrar numa engrenagem de crescimento, aumento da capacidade produtiva, prestação de contas e outros trâmites burocráticos, que vai na contramão da aspiração de autonomia, da vida à margem do progresso, tido como devastador.

Além da burocracia contábil, há uma burocracia legal e cartorial que deve ser respeitada: convocação formal de reuniões, eleição dos diretores e conselheiros, com lista de presença e ato registrado em cartório, documentos, estatuto e regimento interno. Para Orozco (2019), ninguém gosta de burocracia, várias organizações morrem nesse processo, pois quando o foco deixa de ser no propósito inicial do grupo e passa a ser na aprovação de um estatuto, gera desânimo e os colaboradores se afastam.

Existem instituições que “emprestam” o CNPJ para captação de recursos ou outras ações que necessitem de maior formalização, fazendo com que um coletivo resolva suas questões sem precisar se formalizar. Um exemplo disso é a Associação Nossa Cidade que é construída por centenas de voluntários em todas as cidades da Grande BH, que organizam, fundam e gerenciam os fundos que financiam os projetos regenerativos. Nem sempre é necessário ter um CNPJ para captar recursos. Várias fundações já abrem editais que aceitam que um indivíduo receba e se comprometa com os recursos em nome de um coletivo. Para aqueles

casos que só dá para concorrer com um CNPJ, é possível fazer uma parceria com uma ONG ou associação para concorrer, recebendo o recurso e repassando.

Com base na entrevista com comerciantes de bares e restaurantes, observou-se que eles preferem manter a compra dos produtos do grupo de mulheres, pois há uma preocupação com a preservação da espécie. Além disso, acreditam no potencial gastronômico da planta, desde que haja conscientização da população local quanto à extração consciente, para que esta seja feita de forma correta, ou que possam aprender a cultivar a planta, não dependendo apenas da extração. Foi relatado que não há incentivo para a reprodução da planta, nem fiscalização na extração, o que coloca a espécie em risco de extinção. Sobre as dificuldades na aquisição dos produtos, observou-se que a logística é complicada, conforme relatado também pela responsável da associação, e que a falta de divulgação da cultura caiçara e de seus produtos regionais limita a comercialização.

Para incentivar a comercialização, foi sugerido, em entrevista, que seria importante oferecer apoio, além de marketing e divulgação, realizar pesquisas relacionadas à segurança no consumo da cataia, desenvolver projetos para conscientizar a população local a não colher a cataia de forma incorreta e ensinar a comunidade a reproduzir a planta. Os comerciantes entrevistados relatam manter uma boa relação com as produtoras de cataia, realizando compras periódicas, o que foi confirmado com a responsável pelo grupo, segundo ela durante nossa conversa, teria recebido um pedido de um cliente de Curitiba.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo nos permitiu aprofundar os conhecimentos em cultura e sociobiodiversidade na gastronomia, adentrando no universo de uma comunidade tradicional que enfrenta seus desafios diários com relação a preservação ambiental, manutenção da cultura e estabilidade sócio-econômica. A cultura exerce um papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade na gastronomia ao manter e transmitir conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável dos recursos naturais, especialmente plantas nativas, que são parte integrante da identidade e da prática alimentar das comunidades tradicionais.

As práticas tradicionais são baseadas em conhecimentos passados de geração em geração, envolvendo técnicas de manejo, preparo e uso de ingredientes nativos. No caso da comunidade caiçara da Barra do Ararapira, por exemplo, o saber sobre a extração e o uso da cataia é mantido e transmitido, garantindo a continuidade dessas técnicas e receitas tradicionais.

O objetivo deste estudo foi analisar a extração da cataia como preservação cultural e fonte de renda para as mulheres da comunidade da Barra do Ararapira, em Guaraqueçaba, litoral do Paraná. No início da pesquisa, havia grande entusiasmo em relação ao tema, com a expectativa de que a Associação das Mulheres Produtoras de Cataia desempenhasse um papel significativo para o desenvolvimento local. Acreditava-se que a existência e a continuidade da associação estavam diretamente ligadas a um único fator: o “uísqe caiçara” e seu potencial de atrair o turismo na região.

Com a pesquisa concluímos que a associação não existe mais de maneira formal, somente como um pequeno grupo sem incentivo de órgãos responsáveis e sem geração de renda significativa, o que ocasionou o enfraquecimento do coletivo que se desfaz cada vez mais. Foi analisado que questões burocráticas de certa forma atrapalham o processo de desenvolvimento de associações e que esse foi um forte motivo da desformalização da entidade.

Conforme as entrevistas é possível observar que, ao utilizar ingredientes nativos na elaboração de inovações para a gastronomia, como a cataia na coquetelaria, pode ser prejudicial para as práticas tradicionais que promovem a preservação da flora local, e incentivar a comercialização pode atrapalhar a conservação dos ecossistemas. Talvez isso não contribui para a proteção das espécies e para o uso sustentável dos recursos naturais, muito pelo contrário, quando ocorre as ações de comercialização de um produto da biodiversidade de um determinado local, logo surgem aproveitadores que se apropriam dos conhecimentos culturais e da natureza, e o que seria promissor para a comunidade torna-se apropriação de terceiros.

Para Silva, Soldati e Dallagnol (2020, p. 59)

A luta deve ser para que as legislações, as suas aplicações, programas e projetos sejam determinados pelos sujeitos que são detentores destes conhecimentos da biodiversidade e que manejam e

conservam essa riqueza. Além da defesa de que os resultados do acesso aos saberes tradicionais pelas empresas sejam convertidos em projetos de sociedade determinados pelos próprios povos e comunidades tradicionais, não pelo capitalismo.

É nesse cenário que os órgãos responsáveis deveriam dedicar-se a uma fiscalização mais efetiva da extração ilegal, ao mesmo tempo promover pesquisas de cultivo e manejo sustentável, movimentando a criação de políticas públicas que incentivem e agreguem valor ao produto sem prejudicar a preservação da espécie. Como afirma Silva, Soldati e Dallagnol (2020, p. 11), para as mulheres, a biodiversidade e o conhecimento são parte do patrimônio dos povos para o bem de toda a humanidade e devem ser defendidos da ação destrutiva das corporações industriais e financeiras, traduzidas mais diretamente no agronegócio e nas grandes empresas que se apropriam e tratam os recursos naturais apenas como um negócio que gera lucro. As mulheres são guardiãs da biodiversidade e sempre estiveram à frente do cultivo de plantas medicinais e das práticas de medicina caseira.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, Daniela Cleide Azevedo et al. **Caracterização morfológica de frutos e sementes de Cataia** (*Drimys brasiliensis* MIERS. - WINTERACEAE). Revista Brasileira de Sementes, vol. 27, nº 2, p.67-74, 2005.

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 143-167, abr. 2000. Semestral. Usp.

APREMAVI - **Biodiversidade** - A Mata Atlântica é um dos Biomas mais ricos em biodiversidade do mundo. Disponível em: <https://apremavi.org.br/mata-atlantica/biodiversidade/> Acesso em 11 ago. 2024

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL, A. **Os três pilares da sustentabilidade:** como o desenvolvimento econômico pode contribuir para os negócios, a natureza e a sociedade. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade> Acesso em: 15 jun. 2025

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. Coleção Espécies Arbóreas Brasileiras, vol. 1. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003. 1.039p.

CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA FLORA (CNCFlora). Ficha técnica: ***Drimys brasiliensis* Miers**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2021 Disponível em: <https://cncflora.jbrj.gov.br/ficha/15325> Acesso em: 05 de jul. 2025.

CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA FLORA (CNCFLORA). Ficha técnica: ***Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cncflora.jbrj.gov.br/ficha/10823>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CORADIN, Lidio *et al.* **Espécies Nativas da Flora Brasileira de valor econômico Atual ou Potencial**: plantas para o futuro - região sul. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. 921 p. MMA.

DILAS DRINKS. **O que é Mixologia?** Descubra Agora mais Sobre essa Arte. 2024. Disponível em: <https://dilasdrinks.com.br/o-que-e-mixologia> Acesso em: 11 jul. 2025.

DIEGUES, A. C. S. & NOGARA, **O nosso lugar virou parque**: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro, São Paulo, NUPAUB/CEMAR - USP, 1994

FACEBOOK. **ARARAPIRA, Cataia**. Produtoras da Cataia Barra do Ararapira. CATAIA. Guaraqueçaba, 23 de agosto de 2022. Facebook: <https://www.facebook.com/cataia.ararapira.3> Acesso em 15 de junho de 2024.

FACEBOOK. **CATAIA, Curitiba**. Cataia é um nome de origem tupi-guarani, onde Caá = mato, planta e Taia = ardido, que queima. Curitiba, 13 de setembro de 2015. Facebook: <https://www.facebook.com/cataiacuritiba> Acesso em 15 de junho de 2023.

FAO. **O Estado da Biodiversidade para Alimentos e Agricultura no Mundo**. Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 2019.

FLORA E FUNGA DO BRASIL. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 8 Jul 2025

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2019*. São Paulo: **SOS Mata Atlântica**, 2019.

GAZETA DO POVO. **Cataia curtida, o uísque caiçara**. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/verao/cataia-curtida-o-uisque-caicara-b4vyogerad5gjx0wlrq34gitq/>. Acesso em: 30 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Dia Mundial do Meio Ambiente**.

Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/dia-mundial-do-meio-ambiente>. Acesso em: dia mês ano. 11 de jun. 2025.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC)** no Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

KOHLER, Florent; ISSBERNER, Liz Rejane; LÉNA, Philippe; MARCHAND, Guillaume. **Falência é fracasso?** O caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 2, p. 319-331, maio-ago. 2011.

LIMBERGER, R.P.; Scope, M.; Sobral, M.; Henriques, A.T. **Comparative analysis of volatiles from *Drimys brasiliensis* Miers and *D. angustifolia* Miers (Winteraceae)** from Southern Brazil. *Biochem. System. And Ecol.* V.35, n.3 p.130-137, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MALHEIROS, Angela; YUNES, Rosendo; ESCALANTE, Andrea; ZACCHINO, Susana. Antifungal activity of Drimane sesquiterpenes from *Drymis brasiliensis* using bioassay guided fractionation. **Journal of Pharmacy and pharmaceutical Sciences** – 8(2) 335 – 339, Canada – 2005.

MARCELO DE PODESTÁ (Brasil). Movimento Slow Food. **Cataia: ervas aromáticas, especiarias e condimentos**. Ervas aromáticas, especiarias e condimentos. 2010. Arca do Gosto. Disponível em: [https://slowfoodbrasil.org.br/arca\\_do\\_gosto/cataia/](https://slowfoodbrasil.org.br/arca_do_gosto/cataia/). Acesso em: 11 ago. 2024.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL. 1986

MAYR, Ernst. **O Desenvolvimento do Pensamento Biológico** Brasília: UnB, 1998.

MAZZURANA, Elis Regina. **Mata Atlântica: patrimônio natural, cultural e biológico do Brasil**. Encontros Tecnológicos, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 1-14, 16 nov. 2016. Trimestral. Set-dez 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Biodiversidade. Brasília, DF: MMA, **Ministério do meio ambiente (MMA)** 2019. p.17-24. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas>. Acesso em 15 jun. 2025

MITTERMEIER, R.A.; GIL, P.R.; MITTERMEIER, C.G. **Megadiversidad: los países biológicamente más ricos del mundo**. 1º ed. México: Cementos Mexicanos, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Brasil megadiverso: dando um impulso online para a biodiversidade**. Reportagem. 2019. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/story/brasil-megadiverso-dando-um-impulso-online-para-biodiversidade>. Acesso em: 15 jun. 2023.

OROZCO, Renato. **Associação ou Coletivo**. Medium.com, 17 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://medium.com/nossacidade/associa> Acesso em: 25 jun. 2025.

PEREIRA, Néli. **Da botica ao boteco: plantas, garrafadas e a coquetelaria brasileira**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Mesa, 2022. 208 p. ISBN 978-65-86384-12-3.

PORTAL IDEA. **Introdução ao Cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/>.pdf. Acesso em 25 de junho de 2025.

RADOMSKI, Maria Izabel Radomski et al. Cataia (*Drimys brasiliensis* Miers) Colombo: **Embrapa Florestas**, 2013.

RBMA - **Reserva da biosfera da Mata Atlântica**. Disponível em: <https://rbma.org.br/n/> Acesso em 11 de ago. 2024

RIBEIRO, B. G. “**O índio na cultura brasileira**”, Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira, Rio de Janeiro, Unibrade/UNESCO.1987

RIGOLIN-SÁ, Odila. **Água um recurso natural: direito difuso**. Revista Hispeci & Lema: publicação das Faculdades Integradas Fafibe. 2003. Vol 7. p. 21-23.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**, Brasiliana.1987

SEMIL - Portal de Educação Ambiental. **Hotspots de biodiversidade**. 07 maio de 2024. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/hotspots-de-biodiversidade/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SERASA EXPERIAN. Indicadores de crédito e informações para consumidores. **Serasa Experian**, 2025. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SILVA, Marciano Toledo da; SOLDATI, Gustavo Taboada; DALLAGNOL, André Halloys (org.). **Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral**. [S.l.]: Articulação Nacional de Agroecologia; Terra de Direitos, 2020. Disponível em: <https://ppl-ai-file-upload.s3.amazonaws.com/web/direct-files/attachments>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, E. A.; MENEZES, M. A. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Rafaela. "**Sustentabilidade**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sustentabilidade.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2024.

SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais. **Os biomas e suas florestas** <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/os-biomas-e-suas-florestas>. Acesso em: 3 de jun. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Laboratório de Biologia Evolutiva de Micro-organismos. **Biodiversidade e aplicações industriais**. Disponível em: <http://labs.icb.ufmg.br/lbem/aulas/grad/tge/biodiv/2002/prodindust/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

WILSON, Edward O. **Naturalista Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 1997a.